



**Universidade Estadual da Paraíba-UEPB
Centro de Integração Acadêmica-CIA
Departamento de Filosofia e Ciências Sociais
Curso de Licenciatura Plena em Filosofia**

Rafael Lopes de Lima

A GÊNESIS DO MAL SEGUNDO SANTO AGOSTINHO

**Campina Grande-PB
2014**

Rafael Lopes de Lima

A GÊNESIS DO MAL SEGUNDO SANTO AGOSTINHO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Filosofia, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em Filosofia sob a orientação da Prof^a. Dra. Maria Simone Marinho Nogueira.

**Campina Grande-PB
2014**

L732g Lima, Rafael Lopes de
A gênese do mal segundo Santo Agostinho [manuscrito] /
Rafael Lopes de Lima. - 2014.
26 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Profa. Dra. Maria Simone Marinho Nogueira,
Departamento de Filosofia".

1. Filosofia 2. Gênese do Mal 3. Ausência de Deus 4. Livre
Arbítrio I. Título.

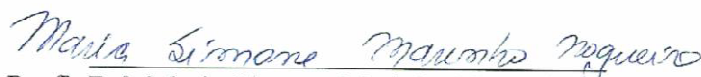
21. ed. CDD 100

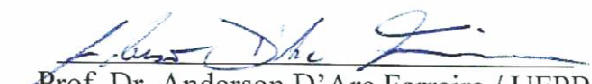
RAFAEL LOPES DE LIMA

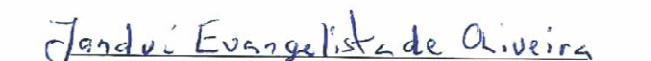
A gênese do mal segundo Santo Agostinho

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Filosofia.

Aprovado em 09/12/2014.


Prof.^a Dr.^a Maria Simone Marinho Nogueira / UEPB
Orientadora


Prof. Dr. Anderson D'Arc Ferreira / UFPB
Examinador


Prof. Mc. Janduí Evangelista de Oliveira / UEPB
Examinador

Ao Curso de Filosofia da UEPB, em especial a Professora de Filosofia Medieval, Dra. Maria Simone Marinho Nogueira, fundadora e coordenadora do Núcleo de Pesquisa *Principium*.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, de modo especial, a Deus, por me proporcionar inúmeras oportunidades de crescimento humano, entre eles, o de poder ter contato com o conhecimento filosófico.

A minha mãe, Maria de Fátima Lopes de Lima, meu pai, José Lopes Ferreira (*in memoriam*), e meus irmãos Simone, Rodrigo e Rodney, por terem me dado uma base moral e de bons costumes durante meu crescimento como pessoa humana.

A minha noiva, Marna Fernandes, por ter me compreendido e apoiado em momentos tão difíceis ao longo deste Curso, em que cheguei a pensar em desistir.

A minha amiga Roberta Araújo por nossas “conversas filosóficas” que tanto me ajudaram a superar dificuldades deste conhecimento, que por vezes é tão denso e complicado.

A todos os meus amigos, em especial, Antônio, Jackson e Leonardo que dividiram comigo, de maneira muito calorosa, este ambiente peculiar do saber que é a sala de aula.

Finalmente, e de maneira fraterna, quero externar meu carinho e respeito por todos os professores, entre eles, a minha professora e orientadora Dr^a. Maria Simone Marinho Nogueira, sem a qual eu não conseguiria galgar toda tarefa relativa a esta pesquisa; e aos professores convidados a participar da banca de avaliação.

RESUMO

A partir da obra *O livre-arbítrio*, exporemos o modo como Santo Agostinho fundamenta a gênese do mal. Neste sentido, mostraremos alguns caminhos necessários para que o Bispo de Hipona pudesse chegar à conclusão de que o Mal é sobretudo ausência de Deus e fruto do mau uso da Vontade-Livre. Ou seja, segundo Agostinho, o Mal só passa a existir no momento em que o homem, por sua vontade voluntária, se afasta da Luz, que é o Deus Criador do céu e da terra, da tradição judaico-cristã. Desta forma, o homem acaba entrando em uma vida de trevas. Iremos perceber, também, que o mal, segundo Santo Agostinho, não pode ser compreendido como algo que existe em si (substância), um mal Ontológico, mas, unicamente, como ausência de Deus. Para tanto, será preciso percorrer alguns momentos importantes necessários para tal entendimento, como é o caso do afastamento do homem de Deus e da Vontade Livre. Vale ressaltar que a vida de Agostinho, por meio de suas obras, e de sua vida pastoral, foi essencial para a construção e solidez da doutrina cristã da Igreja Católica Apostólica Romana, em seu tempo ainda em fase emergente.

Palavras-chave: Livre-Arbítrio, Mal, Deus, Ausência.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
I – O AFASTAMENTO DO HOMEM EM RELAÇÃO A DEUS.....	13
II- A VONTADE LIVRE	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	26

INTRODUÇÃO

Ao longo da História da humanidade a temática acerca do Bem e do Mal inquietou muitos povos, sejam eles civilizados, ou não. O certo é que esses conceitos foram, muitas vezes, interpretados sob várias óticas, sejam elas míticas, filosóficas ou científicas. Esses conceitos, levando em consideração cada parâmetro cultural específico de cada realidade em particular, se estabeleceram e tornaram-se, ao longo dos tempos, objeto de estudo de vários pesquisadores, não só da comunidade acadêmica mundial, mas de todo e qualquer ser inquieto que deseja conhecer.

No tocante à temática do mal, percebe-se que ela apresenta algumas faces que permeiam grande parte das interpretações, de certo modo, se apresentando de maneira independente de questões culturais, religiosas ou científicas. Basta vislumbrarmos quantos homicídios, estupros, guerras, contendas, roubos, dentre outros crimes, previstos inclusive na lei civil, que atormentam a vida de qualquer sociedade; isso sem contar com inúmeros desastres naturais ocorridos mundo a fora, como é o caso de deslizamentos de terra, tornados, terremotos que por vezes findam de maneira trágica a vida humana.

Apesar de tantos tipos de males, iremos investigar como Santo Agostinho enxergou e ao mesmo tempo fundamentou a causa da existência do mal. Outrossim, vale salientar que a filosofia agostiniana se baseará no teocentrismo judaico-cristão, aspecto essencial para a compreensão de seu pensamento, haja vista que é impossível pensar qualquer tema abordado pelo Bispo de Hipona sem vislumbrarmos sua súplica e o papel exercido por Deus no Universo desde sua criação. Portanto, em Agostinho, a filosofia e a teologia permanecem lado a lado em seu pensamento, no entanto, antes dessa abordagem, exporemos, um pouco da vida de Agostinho, a fim de melhor compreendermos a importância do tema no seu pensamento.

Aurélio Agostinho, nasceu em Tagaste, província romana da Numídia, na África romanizada, em 13 de novembro de 354. Nasceu em meio a uma família dividida. Seu pai, Patrício, um pagão de caráter duro e difícil, às vezes brutal e violento; sua mãe Mônica (Santa), cristã humilde e piedosa, teria um papel marcante na vida de Agostinho. Nos relata o próprio autor:

Recebe a minha confissão e a minha ação de graças. Ó meu Deus, também pelos fatos que silêncio. Mas não quero calar os sentimentos que me brotam

na alma a respeito de tua serva, que me deu a vida temporal segundo a carne e que, pelo coração, fez-me nascer para vida eterna¹.

Outro aspecto muito importante na vida de Agostinho foi seu interesse, desde a juventude, pelo teatro, assim como pela poesia e pela história, embora estes só tivessem de fato a devida atenção por parte dele após a leitura dos grandes poetas em Madaura. Os jogos e o vício tiveram grande influência na vida do jovem Agostinho. Ele nos relata:

Eu desagradava até mesmo àqueles homens, ao enganar com inúmeras mentiras o pedagogo, os mestres e pais, tão grande era o meu amor pelo jogo, a minha paixão pelos espetáculos frívolos e a mania de imitar os atores. Eu furtava da despensa e da mesa de meus pais, ora impelido pela gula, ora para ter com que pagar aos companheiros, que vendiam seus jogos, mas que se divertiam tanto quanto eu. Muitas vezes eu cometia fraudes no jogo para conseguir vitórias, dominado pelo tolo desejo de superioridade sobre os outros².

Por volta de seus dezesseis anos de idade, Agostinho descobrira o sexo e a concupiscência da carne, a qual, neste primeiro momento, irá deslumbrá-lo, mas que posteriormente ele irá reconhecer os malefícios de seu libido desenfreado:

E o que é que me encantava, senão amar e ser amado? Mas, eu não ficava na medida justa das relações de alma para alma, dentro dos limites luminosos da amizade. Do lôdo dos desejos carnavais e da própria natureza da puberdade emanavam vapores que me enevoavam e ofuscavam o coração, a ponto de não mais distinguir entre um amor sereno e as trevas de uma paixão. Um e outro ardiavam confusamente em mim, arrastando a minha fraca juventude pelos despenhadeiros das paixões, e a submergiam num abismo de vícios³.

Neste sentido, pode-se perceber desde já, nesta pesquisa, que o problema do mal perseguia Agostinho desde sua juventude, como podemos ver pelo famoso caso do furto das peras por ele mesmo descrito:

E eu quis roubar, e o fiz, não por necessidade mas por falta de justiça e aversão a ela por excesso de maldade. Roubei de fato coisas que já possuía em abundância e da melhor qualidade; e não para desfrutar do que roubava, mas pelo gosto de roubar, pelo pecado em si. Havia, perto da nossa vinha, uma pereira carregada de frutos nada atraentes, nem pela beleza nem pelo sabor. Certa noite, depois de prolongados divertimentos pelas praças até altas horas, como de costume, fomos, jovens malvados que éramos, sacudir a árvore para lhe roubarmos os frutos. Colhemos quantidade considerável, não

¹ AGOSTINHO, 1997, *Confissões* IX, 8, 17.

² *Confissões* I, 19, 30.

³ *Confissões* II, 2, 2.

para nos banquetearmos, se bem que provamos algumas, mas para jogá-las aos porcos. Nosso prazer era apenas praticar o que era proibido⁴.

Além de sua inquietação com o mal, faz-se necessário pautar algumas influências de grande importância na construção da filosofia de Agostinho. Obteve grande impacto em sua vida a leitura de Cícero, mais precisamente o *Hortêncius*, um diálogo que faz um louvor à retórica, assim ele descreve que em Cartago:

Seguindo o programa normal do curso, chegou-me às mãos o livro de tal Cícero, cuja linguagem, mas não o coração, é unanimemente admirada. O livro é uma exortação à Filosofia e chama-se *Hortêncio*. Devo dizer que ele mudou os meus sentimentos e modo de me dirigir a ti; ele transformou as minhas aspirações e desejos⁵.

Agostinho se angustia ao perceber que uma só coisa faltava no livro de tão grande orador: “a ausência de Cristo”⁶. Ao ter seus primeiros contatos com as Sagradas Escrituras, e aqui vale lembrar a importância de sua mãe Mônica em sua formação cristã, ele diz que ao buscar respostas na Bíblia para suas inquietações, ele acaba se decepcionando, “Meu orgulho não podia suportar aquela simplicidade de estilo. Por outro lado, a agudeza de minha inteligência não conseguia penetrar-lhe o íntimo”⁷.

No percurso da vida, no anseio de resolver sua inquietação primordial, acerca do mal, o filho de Mônica e Patrício envolveu-se também com a seita maniqueísta⁸ e com as ciências liberais (Ceticismo), por um período de nove anos, segundo ele mesmo relata:

Durante os nove anos que se seguiram, dos dezenove aos vinte e oito anos de idade, fui muitas vezes seduzido e sedutor, enganado e enganador, em meio às diversas paixões, ensinando, de público, as ciências chamadas liberais e, em particular, praticando uma religião indigna de tal nome⁹.

Durante boa parte do tempo que Agostinho pertenceu ao maniqueísmo ele deleitava-se por não ter as responsabilidades de culpa, haja vista que o maniqueísmo via o mal como algo natural da natureza humana. Pode-se perceber, neste momento da vida de Agostinho, que ele pôde experimentar, mais uma vez, os danos que o mal causara em sua vida, chegando a

⁴ *Confissões* II, 4, 9.

⁵ *Confissões* III, 4, 7.

⁶ *Confissões* III, 4, 8.

⁷ *Confissões* III, 5, 9.

⁸ Seita gnóstica secreta fundada no século III, na Ásia, por um monge asceta de nome Mani ou Manés, que se autodenominava uma espécie de religião-ciência, tentando explicar a origem ontológica do mundo e seus desdobramentos, principalmente no que se refere ao problema do Mal. Esta seita tem como principal característica o dualismo radical, ou seja, o mundo tem dois princípios fundamentais, a saber, o Bem e o Mal, ambos estando em uma luta contínua.

⁹ *Confissões* IV, 1, 1.

corromper, naquele momento de sua vida, uma de suas mais hábeis características que fora a arte da retórica.

O talento que Agostinho tinha em matéria de retórica era tão grande, que ele chegou a lecionar esta matéria profissionalmente e reconhecidamente. Ensinava a seus alunos de Cartago os artifícios da arte da retórica, de tal maneira que eles podiam com suas habilidades inocentar um criminoso, embora não se sentisse culpado. Apesar disso, Agostinho acabou se desiludindo com estes alunos, e decidiu partir para Roma, pois ouvira dizer que lá os alunos eram mais disciplinados e sossegados. Segundo ele:

A razão principal e quase única era o fato de ter ouvido dizer que aí os jovens se dedicavam ao estudo mais tranquilamente, refreados por uma disciplina mais severa. Não invadiam desordenada e atrevidamente a sala de aula de um mestre, do qual não eram alunos, nem eram aí admitidos sem sua licença. Em Cartago, a liberdade dos estudantes é completamente desinibida; precipitam-se cnicamente salas a dentro, em atitude furiosa, perturbando a ordem que o professor procura estabelecer entre os alunos, para próprio benefício deles¹⁰.

Em Roma Agostinho também se desiluiu com os alunos, não no que se refere ao comportamento desordenado dos alunos de Cartago, mas por saber que eles conspiram e passam, em grande número, de um professor para outro, afim de não pagarem aos mestres.

Foi nesta época que Agostinho deixou a seita maniqueísta e aderiu ao ceticismo. Permanecera como cético até seu contato com as *Enéadas* de Plotino, a qual causara grande reviravolta em sua vida, e que lhe dará o entendimento de que o mal é afastamento de Deus (Bem). Segundo Costa:

Ao ler as Enéadas, Agostinho despertou para a possibilidade de haver um contrário à substância, seja ela material, ou espiritual, ou seja, a não substância – o não-ser ou o ‘nada’. A partir daí, Agostinho daria um passo importante na busca de uma solução para o problema do mal, que começou a parecer como que “um tirar fora”, uma privação, ou seja, o mal não é substancia, não forma ser, mas pelo contrário, é ausência, defecção, do Bem – o não ser¹¹.

Outro fato de notável relevância na vida de Agostinho foi sua aprovação em concurso público para reitor da Cátedra de Milão em 384 aos 30 anos de idade. Nesta mesma época aconteceu um fato que mudara sua vida para sempre, o encontro com o Bispo Ambrósio, que causara uma reviravolta em seus pensamentos:

¹⁰ *Confissões* V, 8, 14.

¹¹ COSTA, *O problema do Mal na polêmica antimaniquêia de Santo Agostinho*, 2002, p. 183.

Assim que cheguei a Milão, encontrei o Bispo Ambrósio, conhecido no mundo inteiro como um dos melhores, e teu fiel servidor. Suas palavras ministravam constantemente ao povo a substância do teu trigo, a alegria do teu óleo e a embriaguez sóbria do teu vinho. Tu me conduziás a ele sem que eu soubesse, para que eu fosse por ele conduzido conscientemente a Ti. Esse homem de Deus acolheu-me paternalmente e ficou feliz com a minha chegada, na bondade digna de um Bispo. Comecei a estima-lo, a princípio não como mestre da verdade, pois não tinha esperança de encontrá-la em tua igreja, mas como homem bondoso para comigo. Acompanhava assiduamente suas conversas com o povo, não com a intenção que deveria ter, mas para averiguar se sua eloquência merecia a fama de que gozava, se era superior ou inferior à sua reputação. Suas palavras me prendiam a atenção. Mas. O conteúdo não me preocupava, até o desprezava¹².

A partir do encontro com Ambrósio, Agostinho começou a desembaraçar em sua alma algumas dificuldades que encontrava ao ler as Sagradas Escrituras, principalmente no que se refere ao livro do Gênesis, por que, para ele, não era lógico atribuir a Deus, sendo este princípio de tudo que existe, a causa do mal, já que Ele é sumamente bom. Vejamos:

Assim sentia-me confuso e transformado, e estava contente, ó Deus meu, por que tua igreja única, corpo do teu único filho, em cujo seio desde menino aprendi o nome de Cristo, não tinha nenhum gosto por questões pueris, e que sua autêntica doutrina não cometia o erro de circunscrever-te, ó Criador de tudo, num espaço que, embora alto e amplo, seria limitado de todos os lados por configurações de corpo humano. Alegrava-me, também, por ter aprendido a ler as Sagradas Escrituras da Lei e dos Profetas, com interpretação diferente daquelas que antes me pareciam absurdas, quando eu acusava teus santos de terem fé em coisas nas quais realmente não acreditavam. Alegrava-me ouvir Ambrósio quando, muitas vezes em seus sermões, recomendava ao povo a norma a ser escrupulosamente observada: ‘a letra mata, mas o espírito comunica a vida’¹³.

Agostinho só resolvera este paradigma quando lera as cartas de São Paulo onde descobrira uma relação destas com a filosofia platônica, buscando, daí por diante, um desprendimento do corpo, o que não aconteceu de imediato como ele mesmo ressalta:

Lancei-me avidamente a venerável Escritura inspirada por ti, especialmente a do apóstolo Paulo. Desvaneceram-se em mim as dificuldades, segundo as quais pareciam-me, algumas vezes, haver contradição na Bíblia e incongruência entre o texto dos discursos dele e os testemunhos da Lei e dos Profetas. Compreendi o aspecto único de sua fisionomia e aprendi a exultar com tremor. Começando a leitura, descobri que tudo o que de verdade tinha encontrado nos livros platônicos, aqui é dito com a garantia da tua graça, para que não se ensoberbeça quem consegue ver, como se não tivesse recebido, não só aquilo que vê, mas até a própria faculdade de ver¹⁴.

¹² *Confissões* V, 13, 23.

¹³ *Confissões* VI, 4, 5-6.

¹⁴ *Confissões* VII, 21, 27.

Este caminho se encerra quando ao se retirar angustiado para um jardim de sua residência, escuta uma voz pedindo para que ele leia, Agostinho toma a leitura da epístola de São Paulo aos Romanos, 13,13, em suas mãos e ao terminar, todas as suas dúvidas sumiram. Ele nos relata:

Eis que, de repente, ouço uma voz vinda da casa vizinha. Parecia de um menino ou menina repetindo continuamente uma canção: “toma e lê, toma e lê”. Mudei de semblante e comecei com a máxima atenção a observar se se tratava de alguma cantilena que as crianças gostam de repetir em seus jogos. Não me lembrava, porém, de tê-la ouvido antes. Reprimi o pranto e levantei-me. A única interpretação possível, para mim, era a de uma ordem divina para abrir o livro e ler as primeiras palavras que encontrasse. Tinha ouvido que Antão, assistindo por acaso a uma leitura evangélica, sentiu um chamado, como se a passagem lida fosse pessoalmente dirigida a ele: ‘vai, vende os teus bens e dá aos pobres, e terás um tesouro nos céus. Depois, vem e segue-me’. E logo, através dessa passagem, converteu-se a ti. Apressado, voltei ao lugar onde Alípio ficara sentado, pois ao levantar-me, havia deixado aí o livro do Apóstolo. Peguei-o, abri e li em silêncio o primeiro capítulo sobre o qual caiu o meu olhar: ‘ Não em orgias e bebedeiras, nem na devassidão e libertinagem, nem nas rixas e ciúmes. Mas revesti-vos do Senhor Jesus Cristo e não procureis satisfazer os desejos da carne’. Não quis ler mais, nem era necessário¹⁵.

Diante do exposto, podem-se perceber dois fatos que impediam Agostinho de se encontrar com Deus, o primeiro eram os seus desejos carnavais, sua intemperança sexual, a qual chamara de doença da alma; o segundo era seu orgulho intelectual, ou seja, a vaidade e as pretensões de sábio. Segundo Costa:

Os sermões de Ambrósio e as leituras neoplatônicas haviam dissipado certos danos intelectuais causados pelo maniqueísmo e ceticismo. Agostinho estava cada vez mais inclinado a aceitar as verdades do Cristianismo. Entretanto, seu coração ainda não estava purificado ou apto a encontrar a verdade. Precisava vencer os dois últimos obstáculos que ofuscavam a sua mente, isto é, o orgulho intelectual e os desejos carnavais¹⁶.

Pois bem, é diante dessa trama de vida relacionada ao seu orgulho intelectual e, sobretudo, ao problema do mal, que Agostinho escreve a obra o *Livre Arbítrio*. Uma obra em forma de diálogo, que o Bispo de Hipona trava com Evódio¹⁷, em Cassiciaco, onde ele irá fundamentar a existência do mal como fruto do mau uso da vontade-livre. Um dos motivos

¹⁵ *Confissões* VIII, 12, 29.

¹⁶ COSTA, 2002, p. 195.

¹⁷ Evódio é um amigo conterrâneo de Agostinho que trava grande parte das conversas relatadas na obra o *Livre Arbítrio*, já era homem formado quando conhecera Agostinho, foi militar, e na posteridade dedicou-se as letras, converteu-se em Milão, recebendo o batismo antes mesmo de Agostinho. Evódio assim como Agostinho também tornara-se Bispo, mais precisamente em Upsala, próximo de Útica, na África proconsular.

principais que levaram Agostinho a escrever esta obra foi sua experiência prematura com o mal, o que lhe angustiava muito, pois sabia de antemão que tudo que existe foi feito por Deus, e mesmo assim ele via por toda parte e experimentava as consequências do mal. Isso perturbava Agostinho, pois ele sabia que Deus não poderia ser responsabilizado pelo mal, pois tudo que Ele fez e faz é bom e, no entanto, o mal existia. De onde, pois, vem o mal? Esta é a pergunta que inquietava Agostinho. Segundo Ele, o mal só pode ser compreendido como ausência de Deus e fruto do mau uso da vontade-livre.

É nesta perspectiva que será norteado este trabalho de conclusão de curso, buscando primeiramente expor, no primeiro Capítulo, como se dá o afastamento do homem em relação a Deus; e finalmente no segundo Capítulo, refletiremos sobre a vontade-livre, mostrando como o homem se utiliza mal do livre-arbítrio, dom dado por Deus aos homens.

Antes de iniciar esta exposição é preciso entender, *a priori*, que Agostinho está situado em uma cultura judaico-cristã, onde há um entendimento dogmático de que o mundo foi Criado por Deus, e que Deus estabeleceu neste mundo uma ordem. Ordem esta que será comprometida com o afastamento da criatura em relação ao seu Criador. Segundo o Bispo de Hipona, o mundo criado por Deus está dividido em três níveis. Os seres superiores, que são os anjos; os seres inferiores, que são os animais; e os seres intermediários, que são os homens, neste sentido, os únicos capazes de interferir na ordem do universo, pois a eles foi dado o dom da livre escolha, o livre-arbítrio, diferenciando-se, deste modo, dos anjos e dos animais que não possuem esta característica.

O texto que dará base a esta pesquisa, será a obra: *o Livre Arbítrio*, correlativamente, utilizaremos a obra, também de Santo Agostinho, *Confissões*. A bibliografia secundária se baseará, sobretudo, nos estudos dos pesquisadores: Marcos Roberto Nunes Costa, na obra: *O Problema do Mal na Polêmica antimaniquéia de Santo Agostinho*; Gillian R. Evans, na obra: *sobre o mal*; e Étienne Gilson na obra: *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*.

I – O AFASTAMENTO DO HOMEM EM RELAÇÃO A DEUS

Neste primeiro Capítulo, teremos como principais objetivos: entender se Deus, o Bem Criador de todas as coisas, é a causa do mal; se a existência desse mal moral interfere na ordem estabelecida por Deus na criação; e finalmente, se Deus for absolvido da acusação de ser autor do mal, quem é a causa da existência do Mal. Para tanto iremos utilizar a primeira parte do Livro I de *O Livre-Arbitrio*.

No início, desta primeira parte de *O Livre-Arbitrio*, que aborda sobre o problema do mal, Evódio pergunta a Agostinho se Deus é o autor do mal. Ele, no entanto, pergunta a Evódio de que mal ele se refere: se é o mal no sentido de praticar ou de sofrer. Seu discípulo enfatiza que deseja conhecer os dois sentidos. Agostinho responde deixando claro para Evódio que Deus é bom, e que não nos é permitido pensar que Ele pode praticar o mal, pois isto iria de encontro a sua própria essência. No entanto, pelo motivo de Deus ser justo, Ele deve, por sua justiça, distribuir recompensas aos bons e castigo aos maus. Fica claro desde o início desta obra que é inconcebível imputar a causa do mal a Deus, por sua própria essência, haja vista que Deus é o próprio Bem, e d’Ele só pode vir o que é bom e agradável. Vejamos:

Evódio: Peço-te que me digas, será Deus o autor do mal? Agostinho: Dir-te-ei se antes me explicares a que mal te referes. Pois, habitualmente, tomamos o termo “mal” em dois sentidos: um, ao dizer que alguém praticou o mal; outro, ao dizer que sofreu algum mal. Ev. Quero saber a respeito de um e de outro. Ag. Pois bem, se sabes ou acreditas que Deus é bom – e não nos é permitido pensar de outro modo –, Deus não pode praticar o mal. Por outro lado, se proclamamos ser ele justo – e negá-lo seria blasfêmia –, Deus deve distribuir recompensas aos bons, assim como castigos aos maus. E por certo, tais castigos parecem males àqueles que os padecem. É porque, visto ninguém ser punido injustamente – como devemos acreditar, já que, de acordo com a nossa fé, é a divina Providência que dirige o universo –, Deus de modo algum será o autor daquele primeiro gênero de males a que nos referimos, só do segundo¹⁸.

A partir deste primeiro pressuposto, Agostinho e Evódio irão investigar, dialeticamente, quem poderá ser o autor do primeiro gênero de Mal. Agostinho percebe que no tocante ao mal, não se trata de um único autor, mas que cada pessoa ao cometê-lo é autor voluntário de sua má ação. Neste sentido, o causador do mal é o homem, pois só ele, como ser intermediário, foi dada a liberdade de escolha. O homem, neste sentido, não foi feito para agir

¹⁸ AGOSTINHO, 1995, *De Libero Arbitrio*. I 1,1.

por instinto, como os animais, embora o tenha; nem tampouco pré-determinado como os anjos, pois a ele foi dada a faculdade racional livre. Em seu relato:

Ev. Haverá então algum outro autor do primeiro gênero de mal, uma vez estar claro não ser Deus? Ag. Certamente, pois o mal não poderia ser cometido sem ter algum autor. Mas caso me perguntes quem seja o autor, não o poderia dizer. Com efeito, não existe um só e único autor. Pois cada pessoa ao cometê-lo é o autor de sua má ação. Se duvidas, reflete no que já dissemos acima: as más ações são punidas pela justiça de Deus. Ora, elas não seriam punidas com justiça, se não tivessem sido praticadas de modo voluntário¹⁹.

Mas, afinal, o que é o mal para Agostinho? O mal para ele é, sobretudo, ausência de Deus, não podendo ser entendido como algo que existe em si (ontológico), mas que ocorre por uma deficiência. Vejamos como ele chegou a essa conclusão. Agostinho deixa claro que o mal não se aprende, pois o ato de aprender pressupõe que seja algo bom. O mal, neste sentido, consiste no desinteresse e afastamento do verdadeiro ensino. Assim se segue, também neste mesmo sentido, no tocante à inteligência, pois, segundo Agostinho: “todo aquele que aprende usa da inteligência e todo aquele que usa da inteligência procede bem”²⁰. O mal existe desta forma por uma má escolha da parte do homem. Vejamos:

Evódio. De onde hão de vir, então, as más ações praticadas pelos homens, se elas não são aprendidas? Ag. Talvez, porque as pessoas se desinteressam e se afastam do verdadeiro ensino, isto é, dos meios de instrução. Mas isso vem a ser outra questão. O que, porém, mostra-se evidente é que a instrução sempre é um bem, visto que tal termo deriva do verbo “instruir”. Assim, será impossível o mal ser o objeto de instrução. Caso fosse ensinado, estaria contido no ensino e, desse modo, a instrução não seria um bem. Ora, a instrução é um bem, como tu mesmo já o reconheceste. Logo o mal não se aprende²¹.

Ele continua:

Ag. Logo se toda inteligência é boa, e quem não usa da inteligência não aprende, segue-se que todo aquele que aprende procede bem. Com efeito, todo aquele que aprende usa da inteligência e todo aquele que usa da inteligência procede bem. Assim procurar o autor de nossa instrução, sem dúvida, é procurar o autor de nossas boas ações. Deixa, pois de pretender descobrir não sei que mau ensinante. Pois se, na verdade, for mau, ele não será mestre. E caso seja mestre, não poderá ser mau²².

¹⁹*De Libero Arbitrio*. I 1,1.

²⁰*De Libero Arbitrio*. I 1,3.

²¹*De Libero Arbitrio*. I 1,2.

²²*De Libero Arbitrio*. I 1,3.

Agostinho reforça que esta questão, acerca do mal, o atormentara desde a juventude, motivo pelo qual fez com que ele participasse de maneira precipitada da seita maniqueia. No entanto, Agostinho ressalta que por mais que tivesse desde cedo um desejo ardente de encontrar a verdade, se ele não tivesse tido o auxílio divino, ele estaria impossibilitado de emergir daquela condição para buscar a primeira das liberdades, a de poder buscar a verdade. Em suas palavras:

Ev. Seja como dizes, já que tão fortemente me obrigas a reconhecer que não aprendemos a fazer o mal. Dize-me, entretanto, qual a causa de praticarmos o mal? Ag. Ah! Suscitas precisamente uma questão que me atormentou por demais, desde quando era ainda muito jovem. Após ter-me cansado inutilmente de resolvê-la, levou a precipitar-me na heresia (dos maniqueus), com tal violência que fiquei prostrado. Tão ferido, sob o peso de tamanhas e tão inconscientes fábulas, que se não fosse meu ardente desejo de encontrar a verdade, e se não tivesse conseguido o auxílio divino, não teria podido emergir de lá nem aspirar à primeira das liberdades a de poder buscar a verdade²³.

Na busca da origem do primeiro pecado, Agostinho investiga algumas más ações praticadas pelo homem, em especial, aquelas que em seu tempo eram consideradas graves pela Igreja, ou seja: os adultérios, os homicídios e os sacrilégios. Neste ponto, Evódio e Agostinho concordam que as ações más ocorrem de maneira voluntária e livre, e que a paixão, também chamada de concupiscência, acaba dominando a razão. É neste sentido, que surge na humanidade uma espécie de desordem. O autor assevera:

Ag. Tu me perguntas: Qual a causa de procedermos mal? É preciso primeiramente examinarmos, primeiramente, o que seja proceder mal. Dize-me o que pensas a esse respeito. Ou, se não podes resumir todo o teu pensamento em poucas palavras, pelo menos, dá-me a conhecer tua opinião, mencionando algumas más ações, em especial. Ev. Os adultérios, os homicídios e os sacrilégios, sem falar de outros maus procedimentos, os quais não posso enumerar, por me faltar tempo e memória. Quem não considera aquelas ações como más²⁴?

No que concerne à interferência do mal moral na ordem hierárquica estabelecida por Deus, fica claro que há sim tal interferência, pois quando o homem comete o mal, ele acaba preferindo voluntariamente a criatura em detrimento de Deus e, deste modo, ele acaba por inverter a ordem estabelecida por Deus. Nesta perspectiva o homem deixa de se submeter à

²³*De Libero Arbitrio*. I 2,4.

²⁴*De Libero Arbitrio*. I 3,6.

ordem hierárquica dada por Deus, para se submeter apenas às suas paixões pessoais. Conforme Agostinho:

Ag. Talvez seja na paixão que esteja a malícia do adultério. Pois ao procurares o mal num ato exterior visível, caíste em empasse. Para te fazer compreender que a paixão é bem aquilo que é mal no adultério, considera um homem que está impossibilitado de abusar da mulher de seu próximo. Todavia, se for demonstrado, de um modo ou de outro, qual o seu intento e o que teria realizado se o pudesse, segue-se que ele não é menos culpado por aí do que se tivesse sido apanhado em flagrante delito (Mt 5,28). Ev. Nada é tão evidente. Vejo já não ser mais preciso longos discursos para me convencerdes do mesmo a respeito do homicídio, do sacrilégio e, enfim, de todos os outros pecados. Com efeito, é claro que em todas as espécies de ações más é a paixão que domina²⁵.

Nesta condição desordenada, o homem não consegue mais se enxergar como parte da obra divina, mas se enxerga apenas a partir de si mesmo e de suas paixões. Deste modo, ele deixa de contemplar e viver de acordo com a ordem eterna dada por Deus e passa a viver embriagado em suas paixões pessoais. O homem, neste sentido, se afasta de Deus, por que não sente mais a necessidade d'Ele, quer viver apenas para si. Nas palavras de Agostinho:

Ag. Será possível que te tenhas convencido de se dever declarar impune crime tão grande, antes de examinares com cuidado se caso esse escravo não desejava, no fundo, liberta-se do temor do seu senhor, unicamente para satisfazer suas paixões? Com efeito, desejar vida sem temor, não só é próprio de homens bons, como também dos maus. Com esta diferença, porém: os bons o desejam renunciando ao amor daquelas coisas que não se podem possuir sem perigo de perdê-las. Os maus, ao contrário, desejam uma vida sem temor, para gozar plena e seguramente de tais coisas, e para isso esforçam-se de qualquer modo para afastar todos os obstáculos que o impeçam. Levam então vida criminosa e perversa---vida que deveria antes ser chamada de morte. Ev. Confesso meu erro, e alegro-me muito de haver compreendido claramente a natureza desse desejo culpável que se chama paixão. Agora, vejo com evidência em que consiste esse amor desordenado por aquelas coisas terrenas que se podem perder contra a própria vontade²⁶.

Neste sentido, fica claro que Deus não pode ser responsabilizado pela acusação de ser autor do mal, pois a causa da existência do mal é o próprio homem, que impõe com sua má ação a desordem no mundo. Só o homem é capaz de cometer tal erro, pois somente ele tem o poder de escolher o que poderá fazer de sua existência, se acolherá a ordem estabelecida por Deus ou se a negligenciará. Neste sentido, só ao homem foi dado a condição de verdadeira

²⁵*De Libero Arbitrio*. I 3,8.

²⁶*De Libero Arbitrio*. I 4,10.

liberdade, embora, como já vimos, ele a tenha negado, submetendo-se aos seus próprios desejos, em detrimento dos bens eternos. É o que veremos no segundo momento de nossa pesquisa.

II- A VONTADE LIVRE

Nesta etapa, partimos do princípio já estabelecido neste trabalho, de que Deus não pode ser responsabilizado pela existência do Mal, pois é o próprio homem a causa do Mal ao impor sua má ação no mundo ocasionando a desordem. Neste sentido, foi visto também que somente ao homem foi dado o dom da livre escolha, princípio estabelecido na hierarquia do universo. Deste modo, ao homem foi dado o poder de fazer o que bem entender com sua existência, podendo ele, inclusive, ir de encontro à Vontade de Deus estabelecida na ordem hierárquica do universo. O homem livre, por uma questão de condição existencial, se vê, muitas vezes, diante de uma infinidade de possibilidades de escolhas e, em muitas delas, na ânsia de liberdade ele acaba preferindo dar maior exaltação aos seus próprios desejos carnavais, esquecendo dos bens eternos. Diante desse pressuposto, neste Capítulo, teremos como principais objetivos: compreender de que maneira o pecado vem do livre-arbítrio da vontade, ou seja, se o motivo de podermos pecar vem do livre-arbítrio, será que Deus fez bem de no-lo ter dado? Afinal, será ele um bem? E se for considerado um bem, em que grau ele ocupa entre os bens? Ou ainda, de onde vem o impulso de afastar-se do Bem imutável para procurar um bem mutável? Para tanto, iremos utilizar a terceira parte do Livro I; a primeira, segunda e terceira partes do Livro II; e a primeira parte do Livro III de *O Livre-Arbítrio*.

Agostinho inicia sua reflexão exaltando a vontade humana, colocando-a em um patamar elevado, estando, deste modo, superior aos bens corporais. Vejamos:

Ag. Portanto, penso que agora já vês: depende de nossa vontade gozarmos ou sermos privados de tão grande e verdadeiro bem. Com efeito, haveria alguma coisa que dependa mais de nossa vontade do que a própria vontade? Ora, quem quer que seja que tenha esta boa vontade, possui certamente um tesouro bem mais preferível do que os reinos da terra e todos os prazeres do corpo. E ao contrário, a quem não possui, falta-lhe, sem dúvida, algo que ultrapassa em excelência todos os bens que escapam o nosso poder²⁷.

Para compreendermos de que maneira o pecado vem do livre-arbítrio da vontade, é preciso compreender, antes de tudo, que o homem é senhor em suas escolhas, e que ele impõe o sentido nas coisas com que se relaciona. Neste sentido, as mesmas coisas podem ser usadas de maneira diferente, pois o homem é quem dará sentido a elas, ou seja, tudo dependerá da maneira com que o homem se relaciona com o que lhe é exterior. Para Agostinho:

Ag. Assim, pois, as mesmas coisas podem ser usadas diferentemente: de modo bom ou mau. E quem se serve mal é aquele que se apega a tais bens de

²⁷*De Libero Arbitrio*. I 12,26

maneira a se embarçar com eles, amando-os demasiadamente. Com efeito, submete-se àqueles mesmos bens que lhe deveriam estar submissos. Faz dessas coisas bens aos quais ele mesmo deveria ser um bem, ordenando-as e fazendo delas bom uso²⁸.

Neste sentido, podemos perceber que o homem pode fazer tanto o bom uso das coisas como o mau uso. Se agir conforme a razão ele a ordenará, caso contrário, ele a submeterá aos seus próprios desejos. É neste sentido que Agostinho chama a atenção de Evódio dizendo que não se pode considerar as coisas por elas mesmas, mas sim de acordo com a ação dos homens que podem fazer o bom e o mau uso delas:

Ag. crês que seria preciso condenar o ouro e a prata por causa dos avaros; ou o vinho por causa dos que se embriagam; ou o encanto das mulheres por causa dos libertinos e dos adúlteros, e assim em relação a tudo mais? Especialmente quando podes ver um médico fazer bom uso do fogo e um envenenador, uso criminoso até do pão? Ev. Isso é bem verdade, não se pode considerar as coisas por elas mesmas, mas sim os homens que podem fazer mau uso delas²⁹.

É desta forma que o pecado surge do livre-arbítrio da vontade, ou seja, quando o homem faz o mau uso desse dom, que Deus lhe confiou, de maneira que ele acaba desviando o verdadeiro sentido dado a este dom de Deus, desordenando, assim, aquilo com que se relaciona. Desta forma, é unicamente pelo livre-arbítrio que nós humanos podemos pecar, pois é a partir de nossas más escolhas que impomos a desordem no universo. Fica claro, deste modo, que o motivo de podermos pecar é o mau uso do livre-arbítrio. Neste sentido, será que Deus fez bem em no-lo ter dado? É esta a indagação que Evódio faz a Agostinho, no final do Livro I, ainda no intento de saber se, de alguma maneira, Deus poderia ser responsabilizado pela possibilidade de podermos pecar. No texto ele assim se expressa:

Ev. Mas quanto a esse mesmo livre-arbítrio, o qual estamos convencidos de ter o poder de nos levar ao pecado, pergunto-me se aquele que nos criou fez bem de no-lo ter dado. Na verdade, parece-me que não pecaríamos se estivéssemos privados dele, é para se temer que, nesse caso, Deus mesmo venha a ser considerado o autor de nossas más ações³⁰.

Embora esteja convencido de que o livre-arbítrio é um dom dado por Deus aos homens e que deste modo, ele deve ser considerado um bem, Evódio inicia o Capítulo I do segundo

²⁸*De Libero Arbitrio*. I 15,33.

²⁹*De Libero Arbitrio*. I. 15,33.

³⁰*De Libero Arbitrio*. I 16,35.

Livro, de *O Livre-Arbitrio*, exortando Agostinho a lhe explicar melhor por que Deus concedeu o livre-arbitrio ao homem, se é por meio dele que se origina o pecado. Vejamos:

Ev. Se possível, explica-me agora a razão pela qual Deus concedeu ao homem o livre-arbitrio da vontade, já que, caso não houvesse recebido, o homem certamente não teria podido pecar. Ag. Logo, já é para ti uma certeza bem definida haver Deus concedido ao homem esse dom, o qual supões não dever ter sido dado. Ev. O quanto me parece ter compreendido no livro anterior, é que nós não só possuímos o livre-arbitrio da vontade, mas acontece ainda que é unicamente por ele que pecamos. Ag. Também me recorde de termos chegado à evidencia a respeito desse ponto. Mas no momento, eu ti pergunto o seguinte: esse dom que certamente possuímos e pelo qual pecamos, sabes que foi Deus quem no-lo concedeu? Ev. Na minha opinião, ninguém senão ele, pois é por ele que existimos. E é dele que merecemos receber castigo ou recompensa, ao pecar ou proceder bem³¹.

Neste momento, Agostinho se esforça para demonstrar a Evódio a necessidade que Deus tinha em dar ao homem o dom da vontade livre. Segundo ele, se a conduta humana não fosse resultado de um ato voluntário, seria impossível imputar qualquer tipo de responsabilidade ao homem, seja ela na forma de castigo, seja na forma de recompensa. Desta forma, Agostinho demonstra que era necessário que Deus desse ao homem a vontade livre, pois sem ela seria impossível ao homem viver retamente. A esse respeito Agostinho assevera que:

Pois, se é verdade que o homem em si seja certo bem, e que não poderia agir bem, a não ser querendo, seria preciso que gozasse de vontade livre, sem a qual não poderia proceder dessa maneira. Com efeito, não é pelo fato de uma pessoa poder se servir da vontade também para pecar, que é preciso supor que Deus no-la tenha concedido nessa intenção. Há, pois, uma razão suficiente para ter sido dada, já que sem ela o homem não poderia viver retamente. Ora, que ela tenha sido concedida para esse fim pode-se compreender logo, pela única consideração que se alguém se servir dela para pecar recairão sobre ele os castigos da parte de Deus. Ora, seria isso uma injustiça, se a vontade livre fosse dada não somente para se viver retamente, mas igualmente para se pecar. Na verdade, como poderia ser castigado, com justiça, aquele que se servisse de sua vontade para o fim mesmo para o qual ela lhe fora dada? Assim, quando Deus castiga o pecador, o que te parece que ele diz senão estas palavras: “Eu te castigo porque não usaste de tua vontade livre para aquilo a que Eu a concedi a ti? Isto é, para agires com retidão³²”.

³¹*De Libero Arbitrio*. II 1,1.

³²*De Libero Arbitrio*. II 1,3.

Desta forma, Agostinho demonstra a Evódio que sem a ação voluntária do homem, resultante da vontade livre dada por Deus, seria impossível imputar ao homem seja a boa ou a má ação. Desta maneira, ele acaba por fundamentar uma espécie de Justiça divina, que irá se manifestar de acordo com a ação livre do homem, seja para o castigo, seja para a recompensa, tudo dependerá da maneira com que o homem irá usar sua vontade-livre. Se usará para fazer aquilo que é da Vontade de Deus, ou se atenderá apenas aos seus próprios desejos, se não fosse assim, diz Agostinho, como poderia ser condenada a ação do homem se ela cumprisse o fim mesmo para o qual lhe fora dada?

Embora Agostinho e Evódio tenham chegado a conclusão de que era necessário que Deus desse ao homem o dom da vontade livre, Evódio ainda permanece com um questionamento em relação à vontade livre, e pergunta a Agostinho o porquê dela nos levar a pecar se foi nos dada para viver retamente. Eis sua indagação:

Ev. Eu já admito que Deus nos concedeu a vontade livre. Mas não te parece, pergunto-te, que se ela nos foi dada para fazermos o bem, não deveria poder levar-nos a pecar. É o que acontece com a própria justiça dada ao homem para viver bem. Acaso alguém poderia viver mal, em virtude da sua retitude? Do mesmo modo, ninguém deveria poder pecar por meio de sua vontade, caso esta lhe tivesse sido dada para viver de modo honesto³³.

Diante desse questionamento de Evódio, Agostinho procura demonstrar, mais uma vez, que tudo depende da maneira com que o homem se utiliza da sua vontade para com os objetos a ele relacionados, podendo ele fazer tanto o bom uso, quanto o mau uso. Demonstra dessa vez, de maneira mais concreta, no Capítulo 18 da terceira parte do Livro II, como o homem pode se servir dos seus próprios olhos, tanto de maneira benéfica, indo desta forma ao encontro da utilidade de sua natureza, atributo de inúmeras vantagens, tanto como, motivo de inúmeras ações vergonhosas, escravizadas por sua paixão desordenada. Vejamos:

Ag. Com os olhos vemos esta luz do dia e distinguimos as diversas formas corporais. São eles elementos de máxima beleza em corpo. Assim, estão eles colocados como no ápice, em tributo à sua dignidade. Seu uso contribui para salvaguardar o homem e trazem eles à nossa vida muitas vantagens. Entretanto, muitos se servem deles para praticarem grande número de ações vergonhosas e obrigam-nos a servir às suas paixões. Ora, compreendes quão precioso bem falta ao rosto quando lhe faltam os olhos. Todavia, se eles existem, quem no-los deu a não ser Deus, o dispensador de todos os bens³⁴?

³³*De Libero Arbitrio*. II 2,4.

³⁴*De Libero Arbitrio*. II 18,48.

Com este posicionamento, acerca da relação do homem com seus próprios olhos, Agostinho tenta convencer Evódio de que, ainda que o homem faça o mal uso de sua liberdade, a vontade livre deve ser considerada um bem. Pois, assim como os olhos, que podem servir tanto para o bem quanto para o mau, longe de ser considerado um mau em si, mas, sobretudo um bem, assim ocorre também com a vontade-livre. Ao elevar esse posicionamento, no que se refere ao dom da vontade-livre, Agostinho demonstra que Deus fez bem em no-lo ter nos dado, e que sem esse dom ninguém poderia viver com retidão. Ele assim se expressa a esse respeito:

Ag. Por conseguinte, do mesmo modo como aprovas a presença desses bens no corpo e que, sem considerar os que deles abusam, louvas o doador, de igual modo deve ser quanto à vontade livre, sem a qual ninguém pode viver com retidão. Deves reconhecer: que ela é um bem e um dom de Deus, e que é preciso condenar aqueles que abusam desse bem, em vez de dizer que o doador não deveria tê-lo dado a nós³⁵.

Diante da aprovação da presença dos bens do corpo, que por sinal estão bem abaixo dos bens espirituais na escala entre os bens, Agostinho exorta Evódio a louvar o Criador, por nos ter dado o dom do livre-arbítrio, pois ele deve ser louvado tanto quanto os bens corporais. Agostinho reitera deste modo que o livre-arbítrio deve ser considerado um bem. Neste momento desta pesquisa surge um novo questionamento acerca do livre-arbítrio: que grau ele ocupa entre os bens? Segundo Agostinho:

Ag. as virtudes pelas quais as pessoas vivem honestamente pertencem à categoria de grandes bens. As diversas espécies de corpos sem os quais pode-se viver com honestidade, contam-se entre os bens mínimos. E por sua vez, as forças do espírito, sem as quais não se pode viver de modo honesto, são bens médios. Das virtudes, ninguém usa mal, todavia dos outros bens, isto é, dos médios e dos inferiores, pode-se fazer seja bom, seja mau uso. O motivo pelo qual ninguém usa mal das virtudes é que a obra virtuosa consiste precisamente no bom uso daquelas coisas das quais podemos também abusar. Ora, o bom uso nunca pode ser um abuso³⁶.

O Bispo de Hipona mostra que existem três graus de bens: os grandes; os mínimos ou inferiores; e os médios. Os grandes são as virtudes, pois delas ninguém pode fazer mau uso, deles deriva apenas o que é reto e honesto; já os demais não, pois deles pode-se fazer tanto o bom quanto o mau uso, os inferiores são os corporais; e os médios são as forças do espírito, sem as quais não se pode viver de modo honesto, que é o caso da vontade-livre. Vale salientar

³⁵*De Libero Arbitrio*. II 18,48.

³⁶*De Libero Arbitrio*. II 19,50.

que para Agostinho, independente de grau, todos os bens são dados por aquele do qual procede todo o bem: Deus. Ele argumenta:

Ag. Assim Deus, na superabundância e na grandeza de sua vontade, pôs a nossa disposição não somente grandes bens, mas também bens médios e outros inferiores. Essa Bondade divina deve ser glorificada de preferência pelos grandes bens doados, mais do que pelos médios. Da mesma forma, mais pelos médios do que pelos pequenos. Todavia, por todos eles, Deus deve ser glorificado. Por isso é melhor do que se eles não nos tivessem sido concedidos³⁷.

No intento de saber de onde vem o impulso de afastar-se do Bem imutável para procurar um bem mutável, Agostinho reconhece que tal movimento é resultado da vontade livre, e que de modo algum pode ele prover de Deus. Entende também que, sem dúvida, tal impulso constitui pecado e que, portanto, deve ser evitado. Agostinho afirma:

Ag. Talvez, tu me perguntes: Já que a vontade move-se, afastando-se do Bem imutável para procurar um bem mutável, de onde lhe vem esse impulso? Por certo, tal movimento é mal, ainda que a vontade livre, sem a qual não se pode viver bem, deva ser contada entre os bens. E esse movimento, isto é, o ato de vontade de afastar-se de Deus, seu Senhor, constitui, sem dúvida, pecado. Poderemos, porém, designar a Deus como autor do pecado? Não! E assim, esse movimento não vem de Deus. Mas de onde vem ele? A tal questão eu te contristaria, talvez, se te respondesse que não o sei. Contudo, não diria senão a verdade. Pois não se pode conhecer o que é simplesmente nada³⁸.

De onde vem tal impulso? Agostinho responde a Evódio que se ele não provém de Deus, que é o provedor de tudo que existe, tal movimento não tem uma causa efetiva e, deste modo, torna-se impossível conhecer o que é simplesmente nada. Diante de toda discussão, Evódio reconhece que ele não pode praticar nenhuma boa ação a não ser por sua vontade; que esta vontade foi dada por Deus; e que o homem não seria digno de ser louvado se não tivesse sob sua responsabilidade o ato voluntário de sua vontade livre. A esse respeito assevera Agostinho:

Ev. Certamente, quem me fez é um Deus bom e, como não posso praticar nenhuma boa ação a não ser por minha vontade, fica, pois, bastante claro que é acima de tudo para fazer o bem que a vontade me foi dada por esse Deus tão bom. Quanto ao movimento pelo qual a vontade se inclina de um lado e de outro, se não fosse voluntário e posto em nosso poder, o homem não seria digno de ser louvado quando sua vontade se oriente para os bens superiores,

³⁷*De Libero Arbitrio*. II 19,50.

³⁸*De Libero Arbitrio*. II 20, 54.

tampouco ser inculpado quando, girando, por assim dizer, sobre si mesmo, inclina-se para os bens inferiores. Nesse sentido, não se deveria exortar a desprezar os bens transitórios para adquirir os bens terrenos? E a renunciar à má vida para viver honestamente? Ora, quem quer que estime não haver motivo para serem dadas aos homens essas espécies de advertência merece ser excluído do número dos viventes³⁹.

Neste Capítulo tivemos a oportunidade de perceber que, segundo Agostinho, o motivo de podermos pecar é o mau uso do livre-arbítrio; que o Criador fez bem em nos ter dado o dom do livre-arbítrio, pois ele deve ser louvado tanto quanto os bens corporais. O livre-arbítrio deve ser considerado um bem; que por sua vez ocupa o grau de bem médio; finalmente, que o impulso de afastar-se do Bem imutável para procurar um bem mutável é resultado da vontade.

³⁹*De Libero Arbitrio*. III 1,3.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa tivemos a oportunidade de vislumbrar alguns pontos fundamentais do pensamento de Santo Agostinho em relação ao mal, sobretudo no que se refere a seu pensamento na obra *O Livre-Arbitrio*. Esta pesquisa dividiu-se basicamente em dois pontos.

No primeiro momento, deste trabalho de conclusão de curso, investigamos a gênese do mal, procuramos entender onde poderia dar-se seu princípio. Nele procuramos entender se Deus, o Bem Criador de todas as coisas, seria a causa do mal no universo e vimos que Deus não poderia ser responsabilizado pela acusação de ser autor do mal, pois d'Ele só pode surgir o que é bom. A causa da existência do mal neste sentido é o próprio homem, que impõe com sua má ação a desordem no mundo. Deste modo, o homem é que deve ser responsabilizado pela causa da existência do mal, pois somente ele tem o poder de escolher o que poderá fazer de sua existência, se acolherá a ordem estabelecida por Deus ou se a negligenciará. Finalmente procuramos saber se a existência desse mal interferiria de alguma maneira na ordem do universo estabelecida por Deus na criação e vimos que sim.

No segundo momento, referente à vontade-livre, procuramos compreender de que maneira o pecado poderia vir do livre-arbitrio da vontade. Vimos que o motivo de podermos pecar é o seu mau uso; o segundo questionamento foi no intento de entender se Deus fez bem de no-lo ter nos dado o livre-arbitrio, haja vista que o motivo de podermos pecar vem dele. Pudemos perceber que o Criador fez bem em nos ter dado esse dom, pois Agostinho entende que Deus deve ser louvado por ter nos dado esse dom tanto quanto por nos ter dado os bens corporais tão úteis para nossa vida; neste sentido, vimos também que o livre-arbitrio deve ser considerado um bem e que por sua vez ocupa o grau de bem médio; a última indagação deste trabalho foi no sentido de saber de onde poderia vir o impulso de nos afastar do Bem imutável, que é Deus, para procurar demasiadamente um bem mutável, os objetos corporais. Vimos que Agostinho responde a Evódio que esse impulso de afastar-se do Bem imutável para procurar um bem mutável é resultado da vontade, e que tal movimento não tem uma causa efetiva, mas deficiente. Deste modo, seria impossível conhecer o que é simplesmente nada.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias:

AGOSTINHO. **Confissões**. São Paulo: Editora: Paulus; 1997; — (Patrística; 10)

_____. **O Livre Arbítrio**. São Paulo: Editora: Paulus; 1995; — (Patrística; 08)

Fontes secundárias:

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 5. ed, São Paulo: Editora: Martins Fontes, 2007.

COSTA, M. R. N. **O problema do mal na polêmica antimaniquêia de Santo Agostinho**. Porto Alegre: Editora: EDIPUCRS/UNICAP, 2002.

_____. **10 Lições sobre Santo Agostinho**. Petrópolis: Editora: Vozes, 2012.

EVANS, G. R. **Agostinho – sobre o mal**. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Editora: Paulus, 1995.

GILSON, Etienne. **Introdução ao estudo de Santo Agostinho**. 2. Ed. Tradução de Cristiane Negreiros. São Paulo: Editora: Paulus; 2010.

_____. **História da Filosofia Cristã**. 5. ed. Trad. Raimundo Vier. Petrópolis: Editora: Vozes, 1991.

SILVA, I. O. **Santo Agostinho - O Problema do Mal**. São Paulo: Editora: Pillares, 2008.